



FORUM PARA A  
COMPETITIVIDADE

## **SEMINÁRIO SOBRE O ORÇAMENTO DO ESTADO 2024**

14 de Novembro de 2023, 14h45

Auditório da AESE Business School

### **Discurso de abertura**

Há muitos anos que o Forum para a Competitividade organiza, com a colaboração da AESE, este seminário sobre o Orçamento do Estado.

Ao clima de incerteza resultante da invasão da Ucrânia e da incerteza criada na economia mundial tinha-se juntado o conflito no Médio Oriente, levantando mais dúvidas sobre a inflação e a energia.

Surge agora uma crise política interna de desfecho e prazo de resolução incertos. Sempre olhámos para a integração na União Europeia, na sequência da nossa entrada na EFTA e da assinatura do acordo de livre comércio com a CEE, nos anos 60 e em 1971 respectivamente, como uma garantia da estabilidade de regras e também de acesso a um mercado livre, na época o maior do mundo, possibilitando ao nosso País uma recuperação do atraso que tínhamos sofrido desde o terramoto ou as invasões napoleónicas. Atingimos em 1973 o nível relativo que tínhamos em 1810 na comparação com o dos países que são actualmente os 15 mais ricos da União Europeia.

Caímos em 1974 e 75, na fase mais aguda da revolução, recuperámos bastante de 1985 a 1998 e depois voltámos a cair, apesar de uma enorme transferência de verbas que recebemos. Mesmo assim continuámos a descer nos rankings.

Nunca tive dúvidas de que não existe ambição em Portugal de sermos uma nação muito competitiva, senão não conviveríamos tão facilmente com a estagnação e os desperdícios dos últimos 20 anos.

Mão tão pouco competitivos, tão pouco inovadores não é aceitável.

Há razões conhecidas, estudadas sob diferentes prismas para crescermos tão pouco.

A primeira é a convicção – um misto do intervencionismo, que até o Estado Novo tinha começado a ultrapassar nos fins dos anos 50, e do socialismo da revolução, de que é o Estado, através dos sucessivos governos, que vai orientar a economia e promover o progresso, quando nem sequer trata das funções básicas que lhe competem em exclusivo, nem deixa que as empresas cresçam e se modernizem.

A segunda é a distribuição politizada dos empregos, da Administração Central até às freguesias, levando a um crescimento insustentável, por asfixiante, das despesas públicas com as consequências conhecidas nos deficits públicos e no nível de impostos.

A terceira é o crescimento da tributação do trabalho e da iniciativa conduzindo a um nível já absurdo de saída constante de jovens quadros e à dificuldade de contratação de quadros especializados para as actividades do futuro.

Não se criando novas actividades viradas para os mercados internacionais as empresas existentes, com muito poucas condições para crescer, também não sustentarão emprego atraente.

E poderia continuar...

Não posso, no entanto, deixar de referir que, pelo menos tão grave, é sermos governados, na maioria dos casos, por dirigentes sem qualquer experiência ou competência para as decisões que têm de tomar e termos há séculos na Justiça a pior área da nossa vida colectiva. E faço votos de que não venhamos a assistir a mais uma demonstração dessa fraqueza.

Temos dúvidas, conhecendo os intervenientes, de que ter orçamento aprovado e um governo demissionário não se prolongue de tal modo que o balanço seja negativo.

Mas se o Presidente da República tomou essa opção e sente a necessidade de estar mais atento, todos nós também teremos de o estar.

E de defender propostas que nos façam regressar a um crescimento virtuoso que se deveria situar em média entre os 2,3% e os 5%.

Indicaremos agora numa forma mais detalhada o que deveriam ser as prioridades da política orçamental em 2024.

#### **a) Financiar as reformas que permitem aumentar o potencial de crescimento.**

Portugal continua com um grave problema de potencial de crescimento (menos de 2% do ano), mesmo se, por vezes, cresce umas décimas acima da média da UE. Precisamos de crescer muito

mais (3% no mínimo), para melhorar as condições de vida dos portugueses e também para nos prepararmos para o próximo alargamento da UE, provavelmente em 2030, em que haverá uma clara diminuição dos fundos a distribuir pelos actuais Estados Membros.

Neste contexto, e por considerarmos essencial aumentar a dimensão média das empresas desenvolveremos um projecto, com esse objectivo, com a Business Roundtable Portugal e a Caixa Geral de Depósitos.

Para além do estudo e defesa das políticas fiscais visando a concentração empresarial, em que estavam iniciados trabalhos promissores com o governo, realizar-se-ão seminários regionais com empresas seleccionadas para a divulgação das oportunidades e apoio à sua concretização.

### **b) Financiar a reforma da despesa pública**

Temos uma combinação terrível de impostos elevados e fracos serviços públicos, ainda que a despesa que os financia seja elevada, porque há graves problemas de eficiência da despesa pública. Ainda que uma verba muito significativa do PRR seja atribuída à administração pública, não tem havido espírito reformista, apenas gastar mais no mesmo, incluindo nos casos de digitalização. As PPP na saúde, com melhores resultados e menores custos, são um exemplo de melhorias que é necessário fazer.

### **c) Estimular o investimento**

Portugal tem tido um défice de investimento e de capital ao ponto de nos últimos sete anos o capital por trabalhador ter caído 10%, quando deveria ter subido. Há falta de condições (fiscais entre outras) para o investimento privado e o investimento público também não tem feito o seu papel, estando até abaixo dos valores verificados durante o período da troika (em percentagem do PIB).

#### **d) Investir na habitação**

Dentro do investimento, é evidente que se inclui a necessidade de investir na habitação. Precisamos de cerca de 50 mil habitações (novas mais recuperadas) por ano e estamos a construir apenas metade. É necessário criar condições para o investimento privado (o oposto do Mais Habitação) e aumentar o investimento público nesta área.

Em vez disso, o OE24 define “três prioridades: reforçar os rendimentos, promover o investimento e proteger o futuro.” (p. 66). Na verdade, a melhor forma de “reforçar os rendimentos” e “proteger o futuro” seria promover o crescimento económico.

Não gostaria de terminar sem saudar a preocupação do Ministério das Finanças em conter deficits e reduzir a dívida pública. E isso pode e deve continuar a ser feito sem sacrificar o crescimento económico e olhando menos para a política eleitoral.

Pedro Ferraz da Costa  
Presidente do Conselho Directivo